



**4º Encontro Internacional de Política Social**  
**11º Encontro Nacional de Política Social**  
**Tema: Mobilidade do capital e barreiras às migrações:**  
**desafios à Política Social**  
Vitória (ES, Brasil), 6 a 9 de junho de 2016

---

**Eixo: Pobreza e desigualdades no capitalismo contemporâneo**

**ADEUS À DIMENSÃO DE CLASSE? HÁ UMA NOVA QUESTÃO SOCIAL?**

**Naíres Raimunda Gomes Farias <sup>1</sup>**

**Resumo**

Este trabalho, traz ao debate a polêmica sobre a existência, ou não, de uma nova questão social no cenário contemporâneo. O percurso metodológico, conduziu-se mediante rastreamento bibliográfico sobre a temática, seguido pelo estudo, efetuado ao longo da pesquisa. Os resultados destacam a questão social como circunscrita na sociabilidade do capital, concluindo tratar-se não de uma nova, mas da renovação da “velha” questão social. E ainda, sob e novas condições sócio-históricas de produção e reprodução, sendo apreendida como expressão ampliada das desigualdades sociais, fundadas pela sociabilidade do capital.

**Palavras-chave:** Questão social. Cenário contemporâneo. Debate profissional

**FARAWELL TO CLASS SIZE? THERE IS A NEW SOCIAL ISSUE?**

**Abstract**

This work brings to the debate the controversy over the existence, or not, of a new social issue in the contemporary scene. The methodological approach was conducted by bibliographical research on the subject followed by the study, conducted during the research. The results highlight the social issue as circumscribed in the sociability of the capital, concluding that it is not a new one, but the renewal of the "old" social issue. And yet, under new socio-historical conditions of production and reproduction, being perceived as increased expression of social inequalities, founded in the sociability of the capital.

**Keywords:** Social issues. Contemporary setting. Professional debate.

**1. INTRODUÇÃO**

A questão em debate parte de uma realidade de desemprego e precarização acirrada, em um quadro onde a acumulação do capital manifesta rebatimentos em termos de economia de trabalho vivo e crescimento de uma força de trabalho excedentária. Os dados são de que vigora na dinâmica contemporânea o processo de produção ampliada do capital, sob condução da demanda aumento de produtividade em um quadro de redução do capital variável e aumento do capital constante. Segundo Iamamoto (2001), a acumulação ampliada do capital se contemporaneiza reduzindo o tempo de trabalho socialmente necessário à produção e ampliando o trabalho excedente.

---

<sup>1</sup> Doutora em Serviço Social e professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Maranhão. E-mail: <nairesfarias@yahoo.com.br>.

É possível dizer que a produção assume um porte peculiar na cena contemporânea por articular meios de extração de mais-valia absoluta com relativa, assentando-se na exploração, como trata Marx (1994, p. 477).

Como? Substituindo-se força de trabalho e prolongando jornada de trabalho de outras categorias suscetíveis à exploração, o que não se trata de uma situação recente. Com a maquinaria e a indústria “moderna”, Marx elenca duas consequências da produção mecanizada para o trabalhador: o encarecimento de sua vida e de sua família e o aumento intensivo e extensivo da jornada de trabalho. A taxa da mais-valia aumenta porque reduz o número de trabalhadores. Essa situação impele o capital de prolongar a jornada de trabalho, recorrendo a exploração direta da força de trabalho, largamente desvalorizada, de mulheres e crianças. Detalhe: requisita-se crescimento de produção em um tempo menor. Mais ainda, em forma de aumento de trabalho não só relativo, como também absoluto (MARX, 1994, p.477).

O entendimento é de que a singularidade contemporânea da exploração do capital é partícipe da tendência mundial do capitalismo contemporâneo: uma tendência que incentiva recordes de produção, perdas de postos de trabalho e aprofundamento da situação de desemprego. O âmbito industrial de ponta, em suas estratégias de gestão, por exemplo, requisita redução de custo, mas como política que incentiva enxugamento de pessoal e sobrecarga de trabalho. A meta é aumentar a produção, com um número reduzido de trabalhadores em um menor tempo de trabalho socialmente necessário, ampliando-se o trabalho excedente. Para isso, dispõem de um número considerável de mão-de-obra jovem que se supõe “saudável”, apta para a produção e em condição de “prontidão” para atuar em qualquer momento que o processo produtivo requisitar. E mais, em situação de “troca” inferior a do trabalhador de vínculo empregatício estável. Simultaneamente, estimulam-se trabalhos terceirizados e precarizados para cumprir tarefas, outrora requisitadas, em troca de um salário rebaixado.

Mais-valia relativa e absoluta assentada na exploração, essa parece a direção do padrão de produção hegemônico no mercado. Reflexos: desemprego, subemprego, precariedade de condições de trabalho, entre outros. Nos moldes do capital, apregoa-se a proposta de negociação entre representação patronal e representação sindical; no contraponto, as observações indicam divergências no processo da negociação, havendo quem observe a perspectiva de incompatibilidade nas relações entre representação

patronal e representação sindical. O que pesa é a produtividade a atingir! Os dados são de que os trabalhadores, antes de se sentirem em uma posição de troca, podendo usufruir das recompensas pelos resultados empreendidos, consideram-se receptores de metas, por vezes, em forma de imposição e coação.

O trabalho em apreço, aponta algumas peculiaridades do debate sobre a questão social no cenário contemporâneo. Inicia abordando o processo de produção ampliada do capital e suas requisições de cumprimento de metas em forma de crescimento produtivo, com um número reduzido de trabalhadores, em um menor tempo de trabalho socialmente necessário, percebendo um salário rebaixado e suscetível a perdas. Destaca o deslocamento das responsabilidades sociais do Estado para a sociedade civil e os próprios indivíduos, penalizados pelo enfrentamento das mazelas sociais, oriundas da sociabilidade do capital. É melhor trabalhar com categorias, como vagabundos, miseráveis, pauperizados, traficantes. Isso obstaculiza o trato da temática partindo de requisições do capital, principalmente, sob uma ótica de classe, fetichizando em estigmatizações a situação dos sobrecarregados, terceirizados, precarizados, desempregados, como os de longa duração, entre outras singularidades contemporâneas da exploração do capital.

Segue registrando a volta da repressão aos considerados perigosos à segurança demandada pela sociabilidade do capital. Considera tratar-se de atuações voltadas a esvaziar o caráter político de reconhecimento público de seu trato, destacando pulverizações de situações sociais alvos da repressão viabilizada pelo bloco coercitivo do Estado, a volta da polícia para o trato de suas manifestações, sem problematizar a sociabilidade do capital e, com ela, a ordem econômica estabelecida, da qual não é senão sua expressão. Nos termos de Ianni (1989), há uma naturalização da questão social. O autor considera não haver empenho visível em revelar a trama das relações que produzem e reproduzem as desigualdades sociais. Para Ianni, culpabilizar, criminalizar ou mesmo responsabilizar um amplo segmento da sociedade civil, e não o sistema, é defender a ordem estabelecida, sobretudo, quando se apresentam as desigualdades sociais como manifestações de fatalidades, carências etc. Diria que o trato da questão social se contemporaneiza, reciclando a noção de classes perigosas, não mais laboriosas, sujeitas à repressão e à extinção, como expressa Iamamoto (2001). Ou seja, há um retrocesso comparando com o trato de outrora. Algo parecido ao que

Cerqueira (1982) observa como caráter ilegal da questão social no Brasil, destacando seu reconhecimento político, via intervenção de poderes públicos, no final dos anos de 1930. Até então, é tida como desordem e criminalidade a serem enfrentadas mediante repressão policial em resposta aos que infringirem a segurança requisitada.

No contraponto à repressão, o trato institucional da questão social também se contemporaneiza com requisições de solidarismo, colaboracionismo, campanhas esperanças, cotidiano sem fome, etc, como trabalha Iamamoto (2001). Ou seja, com questões que não tocam na essência da sociabilidade erguida pelo capital e, com ela, as requisições da financeirização, globalização, neoliberalismo, reestruturação da produção e impactos nas relações de emprego e renda, onde precarização e desemprego assumem magnitudes. Algo que Castel (1995), ao reportar-se à realidade francesa, aponta como consequências do “ciclo monopolista” do final do século: a desestabilização dos estáveis, a instalação de uma precariedade nas condições de trabalho e a geração de um déficit de lugares ocupáveis na estrutura social. Considera tratar-se de uma perda da hegemonia do contrato de trabalho por tempo indeterminado que, cada vez mais, vê-se substituído por contrato de duração determinada, de tempo parcial e de relações de ajuda. É sob essa condição de integrabilidade, ou inintegrabilidade, que o autor enfatiza o núcleo da nova questão social. Destaca a condição de desemprego evidente, a situação deficitária e a condição de excedência vivenciada por muitos indivíduos, estigmatizados sob a marca da inutilidade.

Enfim, vigora no cenário contemporânea o predomínio de um padrão de acumulação ampliada do capital que, sob o sustentáculo de inovações tecnológicas, deixa rastros na diminuição do índice de trabalhadores empregaticamente estáveis, estímulo à precarização e reforço ao alargamento do desemprego. Na esfera estatal, retira-se de cena do Estado necessário para gerir as peculiaridades da questão social, até mesmo para a população que se encontra fora do mercado oligopolizado em um contexto de mundialização do capital. Um mercado em que predomina a força de trabalho não homogeneizada, como o operário massa, mas heterogeneizada, o que Bihr (1998) chama de operário social e, com ela, a população excedente que Castel (1995) denomina de núcleo da questão social.

O estudo prossegue com o debate sobre o enfrentamento, ou não, da questão social, problematizando os aspectos: adeus à dimensão de classe? Há uma nova questão

social? Ou há elementos novos nessa questão? Finalmente, apresenta as considerações finais e bibliografia recorrida.

## **2. ADEUS À DIMENSÃO DE CLASSE? HÁ UMA NOVA QUESTÃO SOCIAL?**

Questão ou nova questão? E o social? Deixemos os argumentos para o debate. Diríamos tratar-se de uma abordagem peculiar ao cenário perverso da sociabilidade do capital; o que diferencia é o acréscimo, a essa dimensão, de outras manifestações de impactos em suas mais variadas nomenclaturas, como novas roupagens, expressões novas, elementos novos, ou mesmo novos contornos. Tratamos a questão social como resultado das contradições inerentes à sociabilidade do capital, mantendo a dimensão de classe como aspecto indicador do trato de suas mazelas. Trata-se, portanto, de uma questão inscrita na dinâmica de classe circunscrita no âmbito do capital, sendo é apreendida como expressão ampliada das desigualdades sociais.

Mas, vamos ao debate! Netto (2001) destaca um diferencial de abordagem no trato da temática. Em sua análise, a questão social se origina com o impacto da industrialização no final do século XVIII e no século XIX, apresentando-se como fenômeno novo, não pela desigualdade posta, mas pela associação riqueza/escassez. O que é distintivo desse regime é a exploração se efetivando no marco de contradições e antagonismos. O autor (2001), que recorre a Marx em o primeiro volume de *O Capital* (1867), assinala que as desigualdades oriundas da questão social decorrem de uma escassez produzida socialmente, resultado da contradição entre as forças produtivas, crescentemente socializadas, e as relações de produção que garantem a apropriação privada do excedente e a decisão privada de sua destinação.

Em Arcoverde (2000), o termo questão social provém da divergência entre trabalho e capital, expressando desigualdades reconhecidas e problematizadas, mas nem sempre enfrentadas na sociedade brasileira. Segundo a autora, nem todas as desigualdades e injustiças sociais produzidas podem, em si mesmas, ser tratadas como questão social. Elas somente se tornam tal quando, de fato, são reconhecidas, enfrentadas e tornadas demandas públicas. Suas manifestações atingem mulheres, crianças, adolescentes, famílias, idosos, desempregados, despossuídos, excluídos, deficientes, doentes, drogados, organizações de bem-estar, funcionários, sindicatos. A

autora alerta ao fato de que, embora explicitamente reconhecidas, a exploração, violência e injustiça cometidas contra índios, negros e mulheres permanecem insuficientemente problematizadas e enfrentadas pelos setores responsáveis. Ademais, observa que suas formas de lutas se limitam ao plano da reivindicação de direitos, mantendo os sujeitos excluídos das tomadas de decisões e da elaboração de leis.

Pereira (2001) problematiza a questão social partindo de três aspectos: questão sem o adjetivo social, questão social e nova questão social. Em sua análise, o termo questão nem sempre equivale à questão social de fato. Pode ser uma questão problematizada, ou um crônico problema social que nunca se transformou em uma questão de caráter social, alvo de atendimento por parte dos poderes públicos. Como Arcoverde (2000), a autora problematiza a questão social partindo das relações antagônicas de interesses em que os dominados impõem-se como forças políticas e problematizam suas necessidades e demandas, obtendo ganhos sociais. Exemplifica a Europa do século XIX como peculiaridade dessa análise, quando o problema da pobreza, antes considerada natural, transforma-se em explosiva questão social.

Ao se reportar para os problemas contemporâneos, Pereira (2001) adverte para sua insuficiente problematização e politização. Observa que, por falta de forças sociais com efetivo poder de pressão para fazer incorporar na agenda política o enfrentamento de problemas sociais vigentes, temos pela frente uma incômoda e complicada “questão social latente”. A autora aponta a vigência de elementos novos à questão social. Algo que Arcoverde (2000), ao citar Wanderley (1997), observa como novos contornos, resultantes das mudanças nas relações capital e trabalho nos processos produtivos, nas formas de gestão estatal, nas políticas e nas formas de exclusão do trabalho e da sociabilidade. Pereira (2001) discorda do adjetivo “nova” da questão social. Considera vigorar uma nova conjuntura expressa no esgotamento do Estado-nação, globalização, reestruturação da economia, desnacionalização do capital e debilidade da unidade de classe e do pensamento de esquerda que fortalecia o ideário da liberdade com justiça social. Em contrapartida, a autora se refere a esse quadro conjuntural partindo das determinações do “secular” confronto entre forças produtivas e relações de produção que, por sua vez, responde pelo velho fenômeno da desigualdade social, hoje mais acirrada.

Diferenciando-se dessas abordagens e aproximando-se de Castel (1995), os estudos de Rosanvallon (1998), reportam à questão social e à nova questão social, como o faz Pereira (2001) quando problematiza questão, questão social e nova questão. Rosanvallon (1998), considera “questão social” como expressão das disfunções da sociedade industrial emergente no fim do século XIX. Diga-se de passagem, a relação capitalxtrabalho não parece fundamentar a análise do autor. Nova “questão social”, por sua vez, refere-se à expansão da problemática da exclusão e do desemprego de longa duração na década de 1990. Com isso, o autor aponta um deslocamento do trato da “questão social”, que passa de uma análise global do sistema para uma abordagem que focaliza o segmento mais vulnerável da população. Rosanvallon (*op cit*) adverte: essa problemática não esgota a questão social. Denunciar pobreza e miséria não nos deve dispensar de uma abordagem mais global das “tensões e contradições” sofridas pela sociedade, assiná-la o autor.

Rosanvallon (1998), que recorre a Castel (1995), destaca desestabilização da sociedade salarial, fragilização da mão de obra assalariada e, com ela, precariedade e flexibilidade. Mas enfatiza a necessidade de ser considerado não apenas as suas margens, mas o seu núcleo central. Em sua análise, o desemprego não se constitui problemática de maior gravidade da questão social, mas sua precedência: a desagregação da condição do trabalhador, que considera corresponder à fragilização dessa massa central, que termina por alimentar o número de excluídos. O autor (1998) aponta, ainda, a dificuldade de mobilizar e representar os excluídos, considerados desprovidos de força social alvo de mobilizações, formando quase especialmente uma “não classe”, “a sombra da disfunção da sociedade”. Por isso, a não existência de sindicatos de desempregados, o fracasso das tentativas de transformar desempregados em força coletiva organizada e a tendência em não perceber a população existente por trás do problema que a define. Fala-se do pauperismo mais do que dos pobres, do desemprego mais do que dos desempregados, da exclusão mais do que dos excluídos, observa o autor (1998, p. 155).

Castel (1998), por sua vez, observa que a crise dos anos de 1970 tornou irreversível e, cada vez acelerado, o agravamento do problema do emprego, do aumento do desemprego e da precariedade nas relações de trabalho. Sem desconhecer a importância que o desemprego tem sobre a sociedade salarial, Castel (1998) analisa a

precarização como um dos principais riscos em cena na contemporaneidade, uma vez que alimenta, sem limites, a vulnerabilidade social contribuindo, ao mesmo tempo, com a ampliação do processo de desfiliação. Considera vigorar, uma perda da hegemonia do contrato de trabalho por tempo indeterminado, substituído por contrato de duração determinada, de tempo parcial e de relações de ajuda. É sob essa condição de integrabilidade, ou inintegrabilidade, que o autor enfatiza o núcleo da nova questão social. A condição de excedência assume pilar básico por apresentar um estado que não deixa ao menos os indivíduos vivenciarem a posição de explorados; pelo contrário, encontram-se inscritos numa dinâmica que os requer supérfluos. Dinâmica essa que equipara à realidade vivenciada pelos considerados vagabundos do contexto anterior à revolução industrial, ou mesmo pelos miseráveis do século XIX. São alvos desse cenário: os trabalhadores em “envelhecimento” que, por se encontrarem na faixa dos cinquenta anos, perdem lugar no processo produtivo e não o encontram em outros espaços; os empregados de longa duração; os jovens à procura do primeiro emprego e que vagam de estágio a estágio e de um pequeno emprego a outro.

Aliás, essa é uma realidade que Silva (1996) considera condição inevitável e necessária para o funcionamento do sistema capitalista. Entende que, se em alguns estudos sua compreensão requer contextualizar a teoria da marginalidade, para o autor necessário se faz remeter-se às condições de exclusão social geradas pela crise econômica. Por esse rumo também caminham as análises de Castells e Portes (1991), ao analisarem o setor informal como um componente integral das economias nacionais e não das economias marginais. Silva (1996) aponta, ainda, a necessidade de averiguar se o caráter da informalidade de fato expressa um peso morto para o crescimento econômico ou se contribui positivamente com o mesmo. E mais, em que medida seu contingente de trabalhadores assume a condição supérflua ou útil para a acumulação capitalista, ainda que como reserva.

Martins (1997), que trabalha a inclusão da população no plano econômico, aponta peculiaridades de análises que ora congruem e ora divergem das abordagens de Iamamoto (2001), Netto (2001), Pereira (2001), Arcoverde (2000), Rosanvallon (1998) e Castel (1995). O autor (*op cit*) destaca questões como nova pobreza e nova desigualdade, problematizando-as sob o prisma da lógica capitalista de desenraizamento. A nova pobreza é justificada mais do que mudança de nome, mas de

forma, de âmbito e de consequências. Segundo Martins (1997), o pobre antes não tinha o que comer; hoje consegue ganhar alguma coisa para sobreviver, embora sem perspectiva de obter ascensão social. A sua privação é muito mais do que econômica, há nela uma certa dimensão moral, que não se enquadra na esfera da moralidade clássica baseada na família, ficando à margem dos padrões tidos como normais na sociedade.

Nova desigualdade, por sua vez, caracteriza-se em uma espécie de sociedade dupla, como se fosse dois mundos em que podem ser encontradas as mesmas mercadorias, as mesmas ideias individualistas, a mesma competição; mas com oportunidades completamente desiguais. De um lado, os integrados – ricos e pobres – inseridos de algum modo no circuito reprodutivo das atividades econômicas e com direitos reconhecidos. De outro, o brutal crescimento de outra sociedade, considerada subumana, por incorporar trabalho precário, trambique, setor de serviços mal remunerado, ou até mesmo, escuso. Detalhe: o conjunto da sociedade já não é a da produção, mas a sociedade do consumo e da circulação de mercadorias e serviços, diferenciando-se da desigualdade gerada pelo “capitalismo das classes sociais”. Isto porque as novas categorias geradas têm anulado o potencial de transformação, tendendo ora para o conformismo, ora para situações de violência, como roubos acompanhados de agressão, assassinatos, até pelo acesso a mercadorias de grife, linchamentos etc.

Iamamoto (2001) como Netto (1996 e 2001), Pereira (2001) e Wanderley (*apud*, Arcoverde, 2000), também enfatiza a não existência de uma nova questão social. Em vez de nova, há sim a renovação da “velha” questão social inscrita, não é repetido expressar, na própria natureza das relações sociais capitalistas, enfatiza a autora. Considera por questão social a expressão da sociabilidade direcionada pelos interesses do capital. E ainda, sob novas roupagens e novas condições sócio-históricas de produção e reprodução. Com essa perspectiva, a autora destaca as manifestações contemporâneas da questão social. Entende que sua apreensão deve ser tratada no marco da sociabilidade erguida pelo capital, com atenção para as expressões de violência, trabalho infantil, gênero, características ético-raciais, formações regionais, violação de direitos humanos, etc. No dizer de Netto (2001), a questão social deve ser trabalhada em suas manifestações conhecidas e suas expressões novas, considerando as particularidades históricas, culturais e nacionais. Com destaque para o universo heterogêneo mediado desde os aposentados com pensões, crianças e adolescentes,

minorias e ou emigrantes, doentes estigmatizados, como os “aidéticos pobres”, até os trabalhadores expulsos do mercado formal e informal.

E aqui, uma observação oportuna, pode-se dizer que Iamamoto (2001) discorda do sentido da inutilidade posto como núcleo da questão social, distanciando-se do que Castel (1995) equipara aos vagabundos do século XVIII e miseráveis do século XIX, o que em Martins (1997) é denominado de população sobrando e em Rosanvallon (1998) de exclusão. Iamamoto chama superpopulação relativa, constituída pelos supérfluos para o capital, algo que no surgimento da revolução industrial era configurado como exército industrial de reserva. Recorrendo às suas palavras: “[...] a lei da acumulação expressa-se na órbita capitalista às avessas”, gerando uma acumulação de miséria relativa à acumulação do capital, encontrando-se aí a raiz da produção e reprodução da questão social na sociedade contemporânea” (2001, p. 15-16).

Os estudos de Iamamoto (2001), como os de Netto (1996 e 2001), trabalham os rebatimentos da questão social na cena contemporânea, referenciando-se à ofensiva político-econômica do capital na entrada dos anos setenta. Netto considera não uma nova questão social, como afirmam Castel (1995) e Rosanvallon (1998), mas as suas novas expressões e, com elas, sua pulverização e fragmentação, ressaltando o desmonte das políticas sociais públicas e os serviços a elas atinentes. O autor destaca também a transferência das obrigações do Estado para os indivíduos, responsabilizando-os pelas dificuldades que estes enfrentam. Simultaneamente destaca apelos a solidarismos, colaboracionismos, ações dirigidas para uma “nova pobreza” etc, questões que considera congelar a análise capitalxtrabalho na cena contemporânea.

Mas uma questão é peculiar nas análises de Netto (1996 e 2001) e Iamamoto (2001) e observada nos estudos de Arcoverde (2000) e Pereira (2001): a dinâmica contemporânea da acumulação do capital e seus impactos em termos de questão social. Redução da demanda da força de trabalho não acompanhada da igual capacidade de absorção dos trabalhadores, demissão, desemprego, precarização, entre outras expressões, peculiarizam expressões da questão social no cenário contemporâneo da sociabilidade direcionada pelo capital. Netto e Iamamoto enfatizam a vigência de um padrão de acumulação do capital e seus rebatimentos em termos de economia de

trabalho vivo e crescimento de uma força de trabalho excedentária, o núcleo da questão social para Castel (1995).

Enfim, os resultados da pesquisa destacam a questão social como circunscrita na sociabilidade do capital, enfatizando que em vez de nova como afirmam Castel (1995) e Rosavallon (1998), há renovação da “velha” questão social, entendida como expressão da sociabilidade do capital. E ainda, sob e novas condições sócio-históricas de produção e reprodução. Em vez de uma nova questão social, temos novas expressões e, com elas, sua pulverização e fragmentação, ressaltando o desmonte das políticas públicas e os serviços a elas atinentes. As indicações são de que não há uma nova questão social, destacando a dimensão de classe como indicador do trato de suas mazelas, apreendidas como expressão ampliada das desigualdades sociais circunscritas pela sociabilidade do capital.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Podemos dizer que há hoje uma nova questão social? Adeus à dimensão de classe? Diríamos tratar-se de uma abordagem peculiar do cenário perverso do capitalismo contemporâneo, não nos parecendo direcionar para uma nova questão social. Consideramos vigorar a sociabilidade do capital na trama contemporânea e, com ela, as relações fetichizadas de produção e maximização de mais valia. O que diferencia é o acréscimo, a essa dimensão, de outras manifestações de impactos em suas mais variadas nomenclaturas, como novas roupagens, expressões novas, elementos novos, ou mesmo novos contornos. E mais, mantemos a dimensão de classe como aspecto indicador do trato de mazelas da questão, diga-se de passagem, oriundas dessa mesma sociabilidade do capital. O contemporâneo da questão dá-se no contexto de atuação do capital monopolista sob o predomínio de um padrão de acumulação ampliada do capital que, sob o sustentáculo de inovações tecnológicas, deixa rastros na diminuição do índice de trabalhadores empregaticamente estáveis, estímulo à precarização e reforço ao alargamento do desemprego.

Chamamos atenção para o trato da “segurança pública” no cenário contemporâneo. A recorrência à repressão face às mazelas oriundas dessa mesma sociabilidade do capital, a volta da polícia para o trato de suas manifestações, é uma

peculiaridade do que ainda restou de degradante na intervenção pública. Por meio do degradante, repassa-se um discurso preocupado em combater a questão social, sem problematizar a sociabilidade do capital e, com ela, a ordem econômica estabelecida, da qual não é senão sua expressão. Um discurso que desconhece o caráter político da atuação da esfera pública no enfrentamento da referida questão em termos de respostas concretas. Até porque essas respostas requerem transformações nas relações societárias do capital, pondo em cheque o desemprego estrutural, as condições precárias de emprego, trabalho e salário em um cenário expressivo de indivíduos em condições de reserva. Melhor amenizar, omitir, ou mesmo reprimir suas seqüelas, tornando-as, no mais das vezes, crônicos problemas desprovidos de reconhecimento de caráter social, como se expressa Pereira (2001, p.59). É como se a essência da instrumentalidade do capital ficasse adormecida e com ela a questão social perdesse os nexos da relação capital/trabalho, passando a ser analisada sob o foco da repressão.

Concordamos com os estudos que abordam a questão social além da pobreza e exclusão. Entendemos tratar-se de manifestações que historicamente vêm sendo trabalhadas pela esfera pública, mesmo que desconhecendo as contradições fundamentais da sociabilidade do capital. Isto é, a acumulação de riqueza para uns e a expropriação e destituição de outros, muitos sob condição de “inempregáveis”. Nos termos de Yamamoto (1998), esta é a expressão de uma sociedade em que a igualdade jurídica dos cidadãos convive, contraditoriamente, com a realização da desigualdade. Algo equivalente aos critérios utilitarista da sociedade de mercado e voluntarista da sociedade e, portanto, sem os meios cívicos para exercer essa garantia, como destaca Stein (2000).

Questão ou não questão? Adeus à dimensão de classe? Há uma nova questão social? Sobre o debate, vê-se uma perspectiva plural! Alguns autores apontam a existência de uma nova questão social, distante análise de classe e das contradições inerentes à sociabilidade do capital; outros autores, analisam a questão social sob a perspectiva da totalidade, enfatizando as relações capitalxtrabalho no trato de suas peculiaridades. Desse cenário, o horizonte são as necessidades do público usuário apresentarem-se como demandas institucionais nos espaços ocupacionais, em um contexto de luta pela reafirmação de direitos de cidadania. Ademais, tratamos de uma questão inscrita na dinâmica de classe circunscrita no âmbito do capital, sendo

apreendida como expressão ampliada das desigualdades sociais, fundadas pela sociabilidade do capital.

#### Referências

ARCOVERDE, Ana Cristina Brit. A questão social no Brasil e Serviço Social. *In: Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Mod. 02. Reprodução social, trabalho e serviço social. Brasília (DF): CFESS; ABEPSS; CEAD; UNB, 2000.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa**: o movimento operário europeu em crise. Tradução Walda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 1998.

CASTEL, Robert. **Les metamorphoses de la question sociale**. Paris: Fayard, 1995.

CASTELLS, Manoel; PORTES, Alejandro. El mundo submergido: los orígenes y los efectos de la economía informal. *In: PORTES, Alejandro. La economía informal en los países desarrollados y en los menos avanzados*. Buenos Aires: Planeta Política y Sociedad, 1990.

CERQUEIRA Filho, Gisálio. **A questão social no Brasil**: crítica do discurso político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo. Cortez. 1998

\_\_\_\_\_. Questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília (DF) ano 2, n. 3, jan./jul. 2001.

IANNI, Otávio. A questão social. **Revista USP**, São Paulo, set./nov., 1989.

MARX, Kal. Processo de trabalho e processo de produzir mais-valia. *In: O CAPITAL*. Livro I, vol. I. São Paulo: Bertrand Brasil, 1994.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 2, n. 3, 2001.

\_\_\_\_\_. Transformações Societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 17, n. 50, 1996.

PEREIRA, Potyara. Questão social, serviço social e direito de cidadania. ”. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 2, n. 3, 2001.

ROSANVALLON, Pierre. **A nova questão social**. Brasília (DF): Instituto Teotônio Vilela, 1998.

SILVA, Luís Antônio Machado da. Informalidade e crise econômica. **Tempo e presença**, n. 288, jul./ago. 1996.

STEIN, Rosa Helena. A (nova) questão social e as estratégias para seu enfrentamento. **Ser Social**, Brasília (DF), n. 6, 2000.